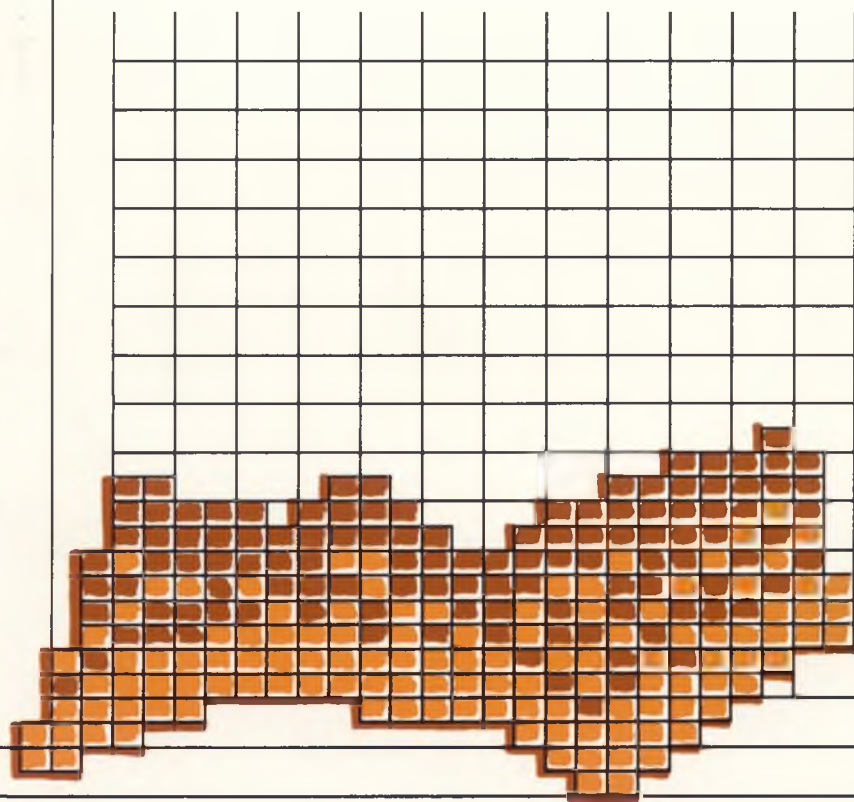


ALGHARB

ESTUDOS REGIONAIS



BOLETIM DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
DA REGIÃO DO ALGARVE

2.º semestre 1985

2



Dr. José Carlos Vilhena Mesquita *

Charles Bonnet, a reedição de uma obra e a urgência de um Jardim Botânico em Loulé **

RESUMO:

A memória do eminente geólogo Charles Bonnet, que por duas vezes visitou o Algarve em 1846/47, permanece injustamente esquecida, muito embora não se possa afirmar que a mesma esteja definitivamente apagada no tempo e no espaço.

Efectivamente, na vila de Loulé, onde aquele estudioso se fixou e viveu os últimos anos de vida, ainda hoje se pode constatar a sua presença através de uma pequena e arruinada habitação, cercada pelos resquícios de um vetusto jardim botânico, popularmente designado por "Jardim do Boné".

Por outro lado, as campanhas de prospecção e investigação geológica e mineralógica, realizadas por Charles Bonnet, materializaram-se na publicação de uma Mémoire sur le Royaume de l'Algarve, magnífico estudo corográfico desta província, que pela sua utilidade e proveito merece urgente reedição. Impõe-se, portanto, exumar do esquecimento não só a obra que ao Algarve dedicou como, fundamentalmente, sugerir aos louletanos que na antiga propriedade de Charles Bonnet se faça ressurgir um jardim botânico, que sirva de motivação à juventude para o estudo da flora algarvia.

Na constante pesquisa de elementos subsidiários para a história do Algarve deparou-se-me, a certa altura, o nome de Charles Bonnet, cuja obscuridade biográfica bem depressa atearia a minha insaciável curiosidade. Recorri imediatamente à estreita amizade que me ligava ao Dr. Mário Lyster Franco, ficando, desde logo, a

* Assistente-Estagiário da Universidade do Algarve

** Comunicação apresentada ao IV Congresso Nacional do Algarve, 1986

saber por intermédio da sua *Algarviana* (cuja publicação ainda nada fazia prever), que se tratava de um engenheiro civil, de nacionalidade francesa, apontado como pioneiro no estudo da geologia e mineralogia algarvia, autor de uma *Mémoire sur le Royaume de l'Algarve*, considerada, nos meios da especialidade, como obra de capital interesse para o conhecimento da região. Impressionou-me, contudo, o facto de ter falecido em Loulé, onde constava ter fundado um jardim botânico. Apesar do interesse de que o assunto se revestia, faltava-me a disponibilidade para aprofundar quaisquer investigações e, com toda a sinceridade, supunha que dificilmente poderia acrescentar algo mais à notícia biobibliográfica contida na *Algarviana*.

Os anos passaram-se e com eles tive a felicidade de conhecer o sr. João Valadares de Aragão e Moura, incansável estudioso da cultura louletana, cujo labor na investigação histórica o colocava, não só, na posição de um dos mais directos colaboradores do Dr. Mário Lyster Franco, como, inclusivamente, na condição de seu preferencial amigo e confidente. Foi dessa amizade que nasceu a ideia de escrever esta comunicação sobre Charles Bonnet que, valha a verdade, não seria possível sem a cedência dos preciosos elementos recolhidos pelo sr. João Moura, a quem, com inteira justiça, dedicamos este modesto trabalho*. Também para o Dr. Alberto Iria vão os nossos agradecimentos pelas informações que amavelmente nos prestou.

Quem foi Charles Bonnet?

Quando começámos a escrever o presente estudo colocaram-se-nos, *à priori*, algumas questões bastante pertinentes. Assim, em primeiro lugar, quem era Charles Bonnet? Que razões motivaram a sua vinda até ao nosso país? Qual o interesse e importância da sua obra para o Algarve? Porque razões se radicaria em Loulé? Ainda existirão naquela vila quaisquer vestígios da sua presença?

Enfim, estas e muitas outras incertezas, para as quais não encontrávamos fácil explicação, se, por um lado, estimulavam a nossa curiosidade, por outro, colocavam-nos numa situação de insegurança face às dificuldades de investigação que um projecto destes sempre acarreta. Apesar disso, e não obstante as lacunas de que enferma, julgamos que pelo menos ficarão gizados alguns subsídios, que para outros historiadores, mais abalizados do que nós, poderão revestir-se de alguma utilidade. Aliás a nossa primordial intenção não é propriamente a de esgotar o assunto, já que para tanto nos falta "*o engenho e a arte*", mas tão simplesmente a de chamar à atenção dos algarvios, e muito especialmente dos louletanos, para a existência de um património histórico que importa a todo o transe preservar. A recuperação do "Jardim do Boné", como ainda hoje é conhecido, onde no século passado se estabelecera um herbário da flora algarvia, poderá, a curto prazo, constituir uma forte motivação da juventude para o estudo da botânica regional.

Mas, vejamos então quem era Charles Bonnet.

* Infelizmente, terminado o presente trabalho, tivemos o desgosto de a 23/12/1985 perder este nosso estimadíssimo companheiro das lides historiográficas algarvias. Lamentamos profundamente mais esta irremediável perda para a cultura algarvia, sobretudo, pelo facto do meu bom amigo João Moura não ter presenciado a publicação deste estudo que, com inteira justiça, lhe é dedicado.

Na pequena localidade de Vesoul, departamento de Haut-Saône, em França, nasceu a 28 de Março de 1816 o geólogo Charles Jean Baptiste Bonnet, filho do modesto sapateiro François Bonnet e de Jeanne Françoise Zominy, doméstica, ambos de origem bastante humilde ⁽¹⁾. Fez os seus estudos no país de origem, concluindo a sua formatura em engenharia civil na especialidade de geologia e mineralogia. Emigrou para Portugal em data que se desconhece, mas que suponho entre 1844 e 1846, sabendo-se, contudo, que nesse ano se encontrava no Algarve a estudar a composição geomorfológica de uma mina de cobre, observação essa que lhe permitiu operar várias correcções nas únicas cartas toponímicas de que dispúnhamos, as quais inclusivamente, se encontravam claramente equivocadas na distribuição e direcção das zonas acidentadas da serra algarvia ⁽²⁾. Radicou-se com sua esposa, D. Octávia Henriqueta Isaura Pernot, e filho, Carlos Octávio, na rua de S. Francisco, nº 40-1º, em Lisboa, e, segundo creio, só depois de enviuvir é que comprou casa em Loulé. Em 1847, fez a sua segunda viagem ao Algarve, desta vez para percorrer toda a região, procedendo a numerosas observações de carácter topográfico, geográfico e geológico ⁽³⁾. Desta sua estadia resultou a recolha de preciosos elementos orográficos, corográficos, botânicos, climatológicos, zoológicos, económicos, industriais, comerciais, políticos, sociais e históricos, os quais materializou na sua obra *Mémoire sur le Royaume de l'Algarve*, de que haveremos de falar em lugar próprio. De qualquer modo, convém acrescentar que a mesma lhe valeu a eleição para sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa ⁽⁴⁾, para presidente da Comissão Geológica de Portugal e para a comenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo ⁽⁵⁾. Saliente-se, ainda, que as pesquisas geológicas realizadas no Algarve permitiram-lhe obter uma invejável colecção de rochas e minerais, composta por 140 amostras líticas, com a qual obsequiou o Museu de História Natural da Academia Real das Ciências de Lisboa ⁽⁶⁾.

O sucesso dos seus trabalhos no Algarve teve estrondosa repercussão nos meios político-culturais, de tal forma que em 1849 o governo chefiado pelo Duque de Saldanha aprovou a concessão de um subsídio de 4 contos de réis, sendo 3 destinados à exploração geológica e mineralógica do Reino e 1 para a constituição dum herbário da flora portuguesa. Apesar dos trabalhos se terem iniciado pelo Baixo Alentejo desconhecem-se praticamente quais os resultados obtidos, sabendo-se, contudo, que as prospecções e observações geológicas, corográficas e estatísticas, foram mandadas suspender a 1 de Julho de 1855 pelo Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Engº António Maria Fontes Pereira de Melo. Não é com muita dificuldade que por detrás desta inconcebível ordem ministerial se vislumbram as intrigas políticas e a inveja científica dos seus adversários, conhecedores da perfeição e rigorosidade que Charles Bonnet impunha às suas investigações. Logicamente, daí resultariam inumeráveis correcções nos mapas anteriores de Filipe Folque, receando-se, portanto, que a reputação científica deste matemático e astrónomo ficasse ensombrada ou, pelo menos, minimizada, face à implacável exactidão das observações topográficas e geológicas daquele investigador francês.

Apasionado pelo Algarve e no cumprimento da missão que lhe fora confiada em 1849 — construir um herbário da flora portuguesa — Charles Bonnet escolheu a vila de Loulé para nela fixar a sua residência e iniciar os seus trabalhos de aclimação botânica. A razão desta escolha ficou a dever-se, certamente, à amenidade do clima, abundância de água e fertilidade do solo, não sendo, por isso, de estranhar

que na sua opinião "*c'est la ville de l'Algarve la plus agréable dans laquelle on puisse demeurer*" (7). Assim, em 27 de Novembro de 1852, Charles Bonnet e sua mulher, ainda residentes em Lisboa, requeriam à Câmara de Loulé "o aforamento, ou confirmação de aforamento de 35\$60 réis anuais, de hum pedaço de terreno no Rocio que consta de casas, horta, terra de pão e árvores de fruto, fôro com vencimento em 20 de Outubro de cada anno" (8). A vereação despachou favoravelmente



Aspecto do interior da propriedade aforada por Charles Bonnet em 1852, vendo-se à esquerda a sua residência e ao fundo uma moldura arbórea de comprovada ancestralidade.

e aquele geólogo francês deve ter-se transferido para Loulé alguns anos depois, visto que a sua esposa veio ainda a falecer em Lisboa. Parece-me, contudo, incontestável que já se encontraria naquela vila antes de 1860, aí permanecendo até à sua morte, ocorrida a 8 de Abril de 1867, quando tinha 51 anos de idade, apesar de no registo de óbito figurar com 53, o que é certamente equívoco do pároco José Severino de Lima, que foi quem lavrou o respectivo termo (9).

Carlos Octávio Bonnet, seu filho e herdeiro universal, nasceu em 1831, certamente em França, figura no *Rol de Confessados* da freguesia de S. Clemente de Loulé desde 1860 até 1867, sendo aí registado como proprietário e negociante. Casou-se com D. Ana Emília Pinto de Mendonça Corte Real, filha do Barão da Ponte de Quarteira (10), em data que desconheço mas que ocorreu provavelmente entre 1850 e 1860, visto neste último ano constar no *Rol de Confessados*, com a idade de 26 anos e já casada com Carlos Octávio. Obviamente verifica-se um equívoco na idade de D. Ana Emília visto que seus pais casaram em 1840 e não é crível que tivesse nascido antes do consórcio dos seus progenitores.

Em 1868 Carlos Octávio já não figurava no *Rol de Confessados* presumindo-se que nessa data se tenha transferido para Faro, pois sabe-se que nesta cidade desempenhou o cargo de vice-cônsul da França, vindo a falecer em data que desconheço, mas que forçosamente ocorreu antes de 1885, visto que na Acta da reunião da Câmara de Loulé de 7 de Outubro de 1885 consta um requerimento de João Carlos Andrade Hertz em que se solicitava a avaliação e venda de um fôro de

42\$00 rs que sua esposa pagava àquele município na Rua Nova de Quarteira ⁽¹¹⁾. Por este documento se prova que D. Ana Emília de Mendonça se encontrava casada, em segundas núpcias, com João Carlos de Andrade Hertz, que durante alguns anos viveu em Faro, vindo contudo a falecer em Lisboa em data que desconheço, por não se encontrar sepultado no Cemitério da Esperança nesta cidade. Presumo que não tiveram descendência e D. Ana Emília faleceu a 9 de Fevereiro de 1919 na sua residência em Lisboa ⁽¹²⁾.

Charles Bonnet em Portugal

Uma das questões que mais nos tem intrigado prende-se com as razões que terão atraído Charles Bonnet ao nosso país. Infelizmente, ainda não encontramos quaisquer documentos que nos assegurem a sua presença em Portugal anteriormente ao ano de 1846. Todavia, é incontestável que nesse ano Charles Bonnet se encontrava no Algarve a estudar uma mina de cobre, cuja localização não define. Contudo, parece-me que essa atitude é mais premeditada do que involuntária, já que tudo indica não estar interessado em revelar a identidade de quem o encarregara de cumprir essa missão, nem tão pouco quais os resultados práticos desses estudos geológicos. Por outro lado, se essas investigações tivessem sido positivas ou se a exploração do minério se demonstrasse economicamente rentável certamente tê-las-ia tornado públicas. Ora, através do livro de Bonnet verifica-se que a única mina de cobre existente no Algarve situava-se no lugar de St^a Margarida, na freguesia de Alte, onde nos últimos anos se procedera a trabalhos de prospecção ⁽¹³⁾. Foi precisamente esta indicação que nos levou a pesquisar o rasto de C. Bonnet no nosso país ou pelo menos o seu aparecimento na cena pública.

Efectivamente, os primeiros vestígios vieram à luz do decreto de 25/11/1836, através do qual se concedia a exploração das Minas da Atalaia, na freguesia de Alte, a uma companhia da qual o Conde de Farrobo ⁽¹⁴⁾ era o principal empresário. Em face dos seus interesses económicos oficiou à Junta de Paróquia de Alte o seu propósito de adquirir a decrépita ermida de St^a Margarida e os terrenos circundantes para aí instalar a sede da sua empresa ⁽¹⁵⁾. Perante a poderosa intercepção do Conde de Farrobo, reputado magnata, cuja hostilidade não convinha acicatar, tanto a Junta de Paróquia como a Câmara Municipal concordaram na venda dos terrenos. Todavia, nem uma nem outra tinham capacidade legal para vender os bens da Igreja, apesar dos mesmos haverem sido arrolados em 1834 pelo Ministro Joaquim António de Aguiar, pelo facto cognomizado de "*Mata Frades*". Perante a adversidade das circunstâncias, que atrasaram o início dos trabalhos durante quase dois anos, o Conde de Farrobo apelou para a interferência directa do Governo Civil que, assim, oficiou à Câmara de Loulé as pretensões daquele capitalista, no sentido de serem demarcados "*os terrenos necessários para a laboração e lavra das ditas minas*", devendo para isso nomear um representante com o qual iriam colaborar os engenheiros e agentes da empresa ⁽¹⁶⁾. A Câmara de Loulé acatou a ordem e nomeou como seu agente o Dr. António José da Silva Carvalho ⁽¹⁷⁾, médico local, sem contudo definir as razões que influenciaram a escolha ⁽¹⁸⁾. No entanto, apesar de na respectiva Acta não se dizer quem era o representante do Conde de Farrobo, tudo leva a crer que seria o Eng^o Charles Bonnet, pois só os seus conhecimentos geológicos poderiam distinguir e delimitar os margas irisados pelo cobre nativo. Ora, da-

tando a Acta de Novembro de 1845 nada nos admira que o Conde de Farrobo tivesse mandado vir de França um técnico, jovem e cientificamente bem qualificado, para estudar as potencialidades mineralógicas e geológicas dos terrenos da ermida de St^a Margarida de Alte. Volto a repetir que é o próprio Charles Bonnet quem afirma encontrar-se em 1846 no Algarve a estudar uma mina de cobre. Mas, em Abril desse ano o Conde de Farrobo volta a insistir com o Governo Civil "*requerendo a venda de uma antiga Ermida por meio de hasta pública*" (19).

Apesar do visível interesse e de todas as influências políticas movidas pelo Conde de Farrobo, parece que o caso ficou inconcluso, pois nada mais consta da documentação oficial que nos faça acreditar no contrário. Supomos, porém que o poderoso magnata desistiu dos seus intentos, não propriamente por quaisquer entraves movidos pela Junta de Paróquia de Alte ou mesmo pela Câmara de Loulé — visto interessar-lhe sobremaneira atrair o investimento para uma zona declaradamente desprotegida — mas unicamente porque deve ter concluído que o projecto era, pelo menos a médio prazo, economicamente insustentável. A justificação do malogro parece dever-se a Charles Bonnet, pois que, segundo afirma, os trabalhos de prospecção duraram ainda alguns anos, provavelmente de 1846 a 1849, sem contudo revelarem a certeza duma exploração lucrativa, visto que para se continuarem vantajosamente seria necessário o emprego de avultados capitais (20). De qualquer modo, serviram os mesmos para obter importantes e elucidativas averiguações sobre a constituição geológica dos terrenos de St^a Margarida, na freguesia de Alte.

Em suma, tudo indica que Charles Bonnet veio para Portugal em data imprecisa pois apenas temos como certa a sua presença em 1846, muito provavelmente a convite do Conde de Farrobo, D. Joaquim Pedro Quintela, afim de estudar a constituição geológica e mineralógica do Algarve. A esta província se deslocou por duas vezes, em 1846 e 1847, com a missão de executar a Carta Geológica do Algarve, registando todas as suas investigações numa obra de reconhecido mérito científico, a que deu o título de *Mémoire sur le Royaume de l'Algarve*. Em face das características da obra, a Academia Real das Ciências de Lisboa prontificou-se a patrocinar a edição atribuindo-lhe, com inteira justiça, o grau de sócio-correspondente. Sobre o interesse e merecimento da obra entendemos que é conveniente acrescentar algumas considerações, especialmente pelo facto desta ser ao presente uma raridade bibliográfica, com a agravante de apenas existir um único exemplar para consulta pública em todo o Algarve, curiosamente depositado na Biblioteca do Liceu de Faro, que é uma das mais ricas e notáveis em toda a província.

Utilidade e Permanência na obra de Charles Bonnet

Conforme afirmamos anteriormente, Charles Bonnet deslocou-se ao Algarve em 1846 incumbido de fazer a Carta Geográfica e Geológica da Província, na escala de 1/4000.000 (21), usando como base das suas operações barométricas e topográficas a, nessa altura ainda inédita, *Carta Geral do Reino de Portugal* da autoria do coronel Marino Miguel Franzini (22), que, inclusivamente, teve a oportunidade de rectificar, assinalando cursos fluviais desconhecidos e alterando a posição e direcção das serras. Aliás, é o próprio Franzini quem elogia o rigor e particular minúcia impos-

ta nas suas observações ao indicar "com signaes topographicos todos os objectos de interesse que a escala permittia notar". Acrescenta ainda que "alem deste mappa offereceu outros parciaes, essencialmente destinados ao ramo geologico assim como um avultado numero de perfiz, ou cortes dos terrenos em relação à sobredita parte geológica, que acompanhou com numerosos exemplares das rochas e minerais colhidos nos mesmos terrenos; e que serão depositados no Museu da Real Academia das Sciencias; ajuntando a tão preciosa collecção as vistas dos monumentos mais antigos e notaveis que ainda existem naquella bella provincia"⁽²³⁾.

Terminada a carta geológica, Charles Bonnet mostrou-a ao seu amigo Marino Miguel Franzini que, certamente, surpreso pelas conclusões obtidas o convenceu "d'y joindre un mémoire de Géographie physique et Topographie" ⁽²⁴⁾. Para conseguir escrever esse trabalho voltou ao Algarve, no ano seguinte, munido dum Portaria oficial assinada pelo Ministro do Reino, António de Azevedo Melo e Carvalho ⁽²⁵⁾, dirigida às autoridades do Algarve a fim de estas lhe facultarem todas as suas observações e diligências. No entanto, teve o extremo cuidado de confrontar os resultados das suas investigações, no campo social e económico, com a opinião de outros autores, como João Baptista da Silva Lopes, sem esquecer, contudo, a pesquisa documental nos arquivos da Torre do Tombo e da Academia das Ciências. Basta dizer que leu as memórias paroquiais enviadas ao Padre Luís Cardoso, as quais compõem o ainda inédito *Diccionario Geographico de Portugal ; a Chorographia do Reino do Algarve de 1577*, da autoria de Frei João de S. José, recentemente publicada ⁽²⁶⁾, e ainda o manuscrito de 1721 intitulado *Noticia sobre as Almadras do Algarve* ⁽²⁷⁾. Relativamente às informações históricas que se prendem com esta província, consultou: a *Monarquia Lusitana* de Frei Bernardo de Brito, as *Antiguidades Lusitanas* de André de Resende, a *Descrição de Portugal* de Duarte Nunes de Leão, o *Mappa de Portugal* de João Baptista de Castro, as *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve* do Padre Vicente Salgado, etc ⁽²⁸⁾. Mas foi sem dúvida a *Corographia do Reino do Algarve* de João Baptista da Silva Lopes, o guia, a ferramenta e a fonte de muitas das suas investigações, nos domínios da geografia física, da demografia, da etnografia, economia, indústria e sobretudo na descrição das localidades algarvias.

Apesar do auxilio bibliográfico, o que é perfeitamente legítimo e louvável, não podemos esquecer que Charles Bonnet percorreu o Algarve num momento crucial da sua história, ou seja, em plena guerra civil da Patuleia, expondo-se a perigos incalculáveis a que dificilmente obstaría a sua "*imunidade científica*", exarada numa simples portaria do reino. Infelizmente, Charles Bonnet, raramente se refere às circunstâncias conflituosas da época, o que para qualquer historiador da actualidade não deixa de ser profundamente lamentável.

Face à profusão dos elementos colhidos no Algarve e a conselho do seu amigo Franzini "*que muito se empenhou para que o autor e a obra ficassem no paiz*" ⁽²⁹⁾, apresentou Charles Bonnet à Academia das Ciências o trabalho que mais o celebrou e que ainda hoje se consulta com grande proveito e interesse. Naturalmente confrontada com o real valor científico da obra, prontificou-se desde logo a publicá-la na sua colecção de *Memórias*, vindo, deste modo, à luz da estampa com o seguinte título: *Mémoire sur le Royaume de l'Algarve (Province du Portugal), contenant la description des montagnes, des sources, des cours d'eau, des Villes, etc., du climat, de la végétation, des animaux, de l'industrie, du commerce etc., ainsi qu'une esquisse historique de cette contrée*, publicado nas *Memorias da Acade-*

mia Real das Sciencias de Lisboa, 2ª série, tomo II, parte II, Lisboa, Typographia da Academia, 1850, de que teve imediata separata com o título, *Algarve (Portugal) Description Géographique et Géologique de cette Province*, Lisbonne, Typographie de la même Académie, 1850, de 176-10 pp., cuja edição deve ter sido bastante reduzida, a avaliar pela sua actual raridade no mercado alfarrabístico.

No entanto, e conforme refere o dr. Lyster Franco ⁽³⁰⁾, aquele geólogo publicou ainda uma pequena nota ou tábua de altitudes, em que se revelavam elementos totalmente ignorados e altamente aproveitáveis para os Serviços Cartográficos do Reino. Este curto apontamento estatístico tem por título: *Alturas das principaes serras e sitios do Reino do Algarve acima do nivel do mar*, e foi publicado na *Revista Universal Lisbonense*, 2ª série, 8º Ano, tomo I, nº15 de 15/2/1849, pp.172-173. Curiosamente, encontra-se este precedido de uma carta assinada por Charles Bonnet, dirigida ao Director daquele periódico, Sebastião José Ribeiro de Sá ⁽³¹⁾ e na qual se refere a anteriores artigos que a seu respeito ali dera à estampa o seu amigo e admirador coronel Marino Miguel Franzini. Talvez por se sentir na obrigação de recompensar as atenções e elogios de que fora alvo, declara-se disposto a colaborar na revista prometendo publicar "*muitos documentos scientificos sobre o Reino de Portugal*", compromisso que suponho não ter cumprido.



Pormenor da face lateral esquerda da residência de Charles Bonnet, mantendo-se inalterável o seu traço rústico

Vejamos agora, mais de perto, a obra de Charles Bonnet.

Quem primeiro chamou à atenção do público e das reais autoridades do reino para as notáveis explorações científicas realizadas no Algarve por aquele enge-

nheiro e geólogo, foi o coronel M.M.Franzini, que em desenvolvida notícia datada de 26/12/1848, publicada no *Diário do Governo* nº 7 de 8/1/1849, elogiava, mais com justiça do que generosidade, a importância e fundamental utilidade dos seus estudos geográficos, geológicos e topográficos. Acrescenta mesmo que a exploração topográfica foi alcançada "*com tal exactidão que seria possível executar com o seu auxílio um modelo em relevo da provincia do Algarve*".

A obra, em si, divide-se por duas partes bastante distintas. A primeira trata exclusivamente da geografia física e topográfica, compreendendo uma carta geográfica na escala de 1/200.000, acompanhada de competente e pormenorizada memória descritiva, que é, sem dúvida alguma, o sector mais interessante de todo o livro. Decompõe-se esta por sete capítulos cada um dos quais repartido por numerosos artigos e parágrafos, ou seja, obedecendo a uma estruturalização formal, ao tempo bastante inovadora e funcional.

O primeiro capítulo engloba a posição geográfica, divisão natural e aspecto geral da região. "*O autor depois de ter descripto a posição geographica do paiz, ter insistido sobre a demarcação pouco natural que separa as duas provincias do Alemtejo e Algarve, examinou as diferentes zonas de terreno às quaes os habitantes tem dado denominações particulares*"⁽³²⁾ — Serra, Barrocal e Litoral.

O segundo capítulo analisa o relevo dispondo-o em dois sistemas de montanhas perfeitamente distintos da planície costeira. "*Descreveu — prossegue Franzini — com a maior attenção e miudeza as lombadas, ou cumiadas das serras, seus contrafortes e ramificações, determinando as suas alturas respectivas, que obteve pelo meio de um rigoroso nivelamento barometrico por estações sucessivas, notando igualmente todos os phenomenos naturaes que nellas se encontram. Passou depois a descrever os valles, os principaes desfiladeiros que alli existem, e tendo feito desta maneira a exposição dos fenómenos da vegetação em relação às diversas zonas chegou à parte que se aproxima à costa, que elle considerou como uma planície*".⁽³³⁾

O capítulo terceiro destina-se a assinalar as nascentes e cursos de água de todo o Algarve, com especial destaque para o termalismo, nomeadamente em Monchique cujas particularidades curativas e origem histórica descreve com excepcional rigorosidade. Alguns dos pequenos rios apontados por Bonnet, já hoje não existem, facto esse que não deixa de ser, ecologicamente, preocupante.

O capítulo quarto examina a costa marítima, desde o cabo de S. Vicente até à foz do Guadiana, anotando a profundidade do mar, determinando a altura dos rochedos mais salientes, descrevendo as ilhas e ilhotas. À costa alcantilada de Sagres é dado um destaque muito especial.

O capítulo quinto, assinala as particularidades meteorológicas e climatéricas, da região, a riqueza e variedade da flora e da fauna. Nele se apontam diversas zonas climáticas, a orientação dos ventos, a altitude a que crescem as principais plantas do Algarve, sua utilização e importância económica, que tipo de animais aqui existem, discriminados por mamíferos, aves, répteis e peixes (com especial destaque para a pesca do Atum), a variedade de insectos — com saliência especial para a importância económica da apicultura — a diversidade de crustáceos e moluscos e, por fim, a decadência da pesca de coral. Várias e fundamentais informações, de carácter económico-social, se podem colher neste capítulo sobre o aproveitamento agro-industrial do esparto, da palmeira, da piteira, da figueira, da alfarrobeira, da vinha, da oliveira, da amendoeira, do medronheiro, do carrasqueiro, do pinheiro man-

so, do castanheiro, do azinheiro, do sobreiro, da amoreira e da laranjeira. Na verdade, constitui um dos capítulos mais elucidativos das potencialidades da região, com notável destaque para os elementos históricos e estatísticos que fornece sobre a pesca do atum, cuja leitura reputamos de grande utilidade.

O capítulo sexto descreve as cidades, vilas e aldeias de toda a província, contendo preciosas referências à população relativa e absoluta, comparando o crescimento demográfico desde 1732 até 1843, enumerando as indústrias, o comércio e os usos e costumes dos algarvios. A descrição das localidades faz-se apenas no essencial e embora a componente histórica seja predominante verifica-se a preponderância das informações de carácter geográfico, orográfico, climatérico, vegetativo, faunístico, fitogénico, populacional, comercial, industrial, etnográfico, etc. Também este capítulo é muito interessante e de proveitosa leitura para os estudantes de nível médio e superior.

O capítulo sétimo, e último, desta primeira parte do livro, divide-se em dois pontos. O primeiro ocupa-se da História do Algarve, desde as suas origens até à implantação do liberalismo. O segundo trata do levantamento das necessidades e melhoramentos que urgia levar a cabo para o desenvolvimento da região, Nesse aspecto é de acentuar a clarividência de Charles Bonnet, que aponta como imprescindíveis os seguintes:

1.^o — *Construção de estradas*. A estrada real que ligava o Algarve à capital do reino, não passava duma pomposa designação para um caminho acidentado e perigoso, que partindo de Faro passava por Loulé, Salir, Almodôvar, Alcácer do Sal até Lisboa ⁽³⁴⁾. No seu correcto entendimento, propunha que se construísse uma via de comunicação terrestre que servisse de espinha dorsal de toda a província. Dado que não dispomos de espaço para transcrever as duas páginas que o autor dedica ao assunto, diremos apenas que o traçado proposto corresponde no essencial à presente rede viária do Algarve.

2.^o - *Ligações rápidas com Lisboa*. O estreitar das relações político-económicas com a capital do reino era imprescindível para o desenvolvimento da região. Para que tal se verificasse, propunha uma ligação marítima e outra terrestre. A primeira far-se-ia através de barcos a vapor que vindos de Lisboa aportariam a Lagos, Faro-Olhão e Vila Real de Santo António, retornando com idêntico percurso. A segunda implicaria a construção duma estrada de Faro para Loulé até Almodôvar, seguindo depois o trajecto já conhecido na direcção de Lisboa.

3.^o *Construção de Pontes*. O enchimento das ribeiras durante o inverno impedia as comunicações internas, causando enormes contratempos ao escoamento comercial dos produtos da região. Para obstar a tudo isso sugeria que se construíssem pontes sobre a ribeira de Odelouca, na Foupana e no caminho de Cachopo para Martim Longo.

4.^o - *Portos Marítimos*. Face ao poder erosivo das marés convinha realizar importantes obras de restauro nos portos de Vila Nova de Portimão e de Tavira, para além do desassoreamento das respectivas barras.

5.^o - *Farol do Cabo de St.^a Maria*. Embora já prevista a sua construção tardavam em começar as obras pelo que C. Bonnet apelava para a sua urgência.

6.^o - *Pesca*. Para obviar à decadência das pescas sugeria o seu encorajamento por parte do governo, como forma de aumentar a população e desenvolver a marinha militar.

7.^o - *Fundação de uma Escola Agrícola*. Perante o atraso agrícola e em face

da construção duma rede viária, alvitrava a fundação de uma escola agrícola no interior da província, nomeadamente em Loulé.

8.º - *Exportação do Figo*. Sendo o figo o principal produto comercial do Algarve, verificava-se a falta de cuidados especiais na sua embalagem e na escolha da sua qualidade. De tal forma que a sua exportação vinha progressivamente diminuindo, pelo que se aventava a necessidade das autoridades oficiais fiscalizarem a qualidade e o seu estado de conservação, antes de ser exportado.

9.º - *Florestação da Serra*. Chocado com a nudez da serra e ciente da sua directa implicação na aridez do clima e dos solos, propunha a urgente arborização de toda a província, com base nas espécies arbóreas preexistentes. Assim, para a faixa litoral aconselhava o pinheiro manso, para os terrenos calcários a alfarrobeira, para as regiões mais elevadas e húmidas, como Monchique, os castanheiros e nogueiras. A reconversão florestal da província possibilitaria, entre outros benefícios, o desenvolvimento duma indústria de madeiras para construção civil e produção de combustível.

10.º - *Cultura da Batata*. Recomenda aos agricultores o aumento do cultivo da batata nos terrenos argilosos do barrocal, assim como os admoesta para a conservação da palmeira anã, cuja erradicação vinha prejudicando a indústria da palma (ceiras, capachos, esteiras, alcofas e até chapéus).

11.º - *Vinho e Aguardente*. Constatando a falta de qualidade dos vinhos algarvios, aconselhava os viticultores a terem mais cuidado no seu fabrico e a fomentarem o plantio de cepas de boa casta. Por outro lado, a destilação de certos frutos poderia trazer grande desenvolvimento económico para a indústria de aguardentes.

A finalizar esta interessante e racional listagem de melhoramentos, imprescindíveis ao incremento económico da região, acrescenta que os algarvios "*sont laborieux, amis du progrès, et sont prêts à faire des sacrifices, si l'administration supérieure commence*" (35). No entanto, sem uma rede viária tudo seria mais difícil e os produtos comerciais do Algarve estariam injusta e irremediavelmente afastados dos mercados nacionais.

Quanto à segunda parte da obra de Charles Bonnet ela é inteiramente dedicada ao estudo geológico e mineralógico da província. Para a analisar e descrever, ainda que sucintamente, faltam-nos os conhecimentos indispensáveis na matéria. De qualquer modo, sempre diremos que a mesma se encontra dividida em três secções; a primeira descreve os diferentes tipos de rochas assinaladas na carta geológica; a segunda demonstra e fundamenta a datação proposta para cada um dos tipos; e a terceira trata da estrutura interna da crosta terrestre, ou seja, da tectónica e dos efeitos nela produzidos pelos sucessivos tremores de terra.

Perante o desconhecimento que o assunto nos oferece tomamos a liberdade de citar o Prof. Rogério Bordalo da Rocha que, em feliz síntese, define os pontos de interesse, vigência e desactualização da obra:

"Os terrenos paleozóicos são datados do Silúrico-Devónico apenas com base nos caracteres mineralógicos das rochas.

É definida a "Formation du Trias" constituída por três termos litológicos (grés, calcários e margas irisadas) que C. Bonnet compara à sequência triásica de fácies germânica, datando mesmo os dois últimos termos do Muschelkalk e do Keuper. Este conjunto será mais tarde designado por P. Choffat como o "andar dos grés de Silves".

De entre as formações jurássicas são já citados calcários com amonites e belemnites e calcários com corais da baía de Sagres. O Cretácico não é individualizado pois C. Bonnet pensa que sobre o Jurássico superior repousam, em discordância camadas terciárias.

*As formações terciárias são divididas numa formação inferior de argila plástica onde se individualizam alguns bancos de arenitos mais ou menos grosseiros e de lignitos e numa formação média e superior essencialmente margosa, arenítica e calcárea. Esta última encerra camadas de calcário conquífero marinho com fósseis de *Cardium edule* e *Mytilus sp.* Para C. Bonnet a estas camadas, que faltam muitas vezes, sobrepõem-se depósitos espessos, sem estratificação, essencialmente argilo-arenosos, com cimento ferruginoso. Estes depósitos correspondem às areias em geral grosseiras, às rubeficadas, agora atribuídas, com dúvidas, ao Pliocénico.*

O capítulo referente à tectónica tem hoje apenas valor histórico" (36).

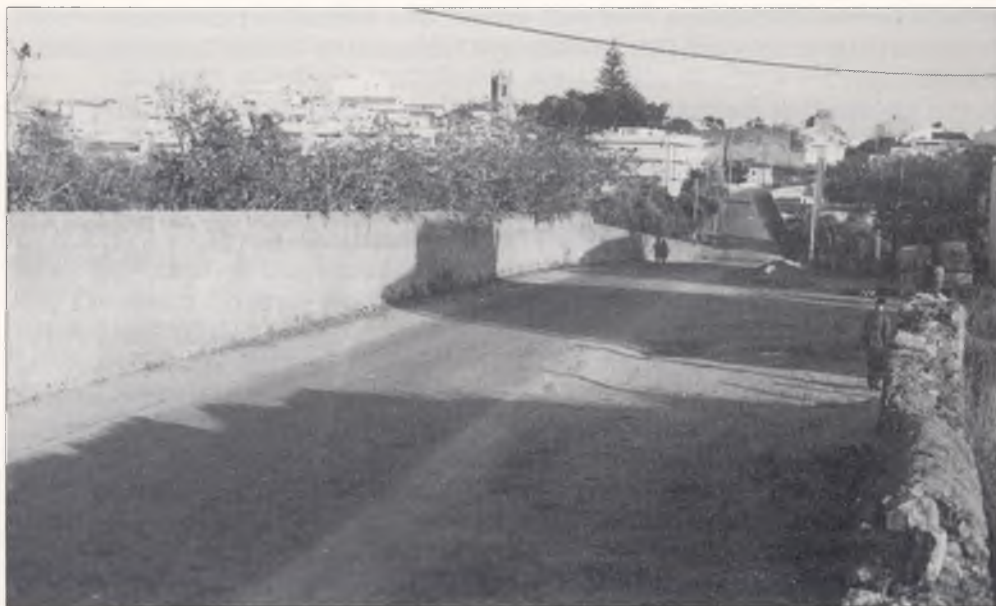
Deste modo, e perante tão abalizada opinião, penso que está tudo dito.

Em suma, e para finalizar, trata-se de uma obra cujo título facilmente fará supor que estamos em presença de um hermético e maçudo tratado de geologia, o que de facto não corresponde inteiramente à verdade. Bem pelo contrário, qualquer "curioso" que pelo menos entenda a língua de Molière, devora com inteiro agrado e altíssimo proveito os sete capítulos iniciais, ou seja, toda a primeira parte do livro relativa à geografia física — o que totaliza 125 páginas. Só a segunda parte, por ser inteiramente dedicada à geologia e mineralogia da província, exige do leitor alguns conhecimentos básicos da matéria, embora, mesmo assim, o desenrolar do discurso científico, ao assumir a forma de uma viagem pela região, não chegue sequer a fatigar a atenção ou a esgotar a paciência do mero estudante.

Um projecto inacabado

Perante o incontestável valor científico do seu trabalho, de algum modo abonado pela amizade e admiração de Marino Miguel Franzini, não admira, pois, que rapidamente Charles Bonnet se visse catapultado para a alta esfera do poder, onde o imperativo das influências políticas nem sempre se compadecem com a isenção e o rigor do saber. Obviamente lá estava Franzini, antigo ministro da Fazenda, conselheiro de Estado e amigo pessoal do Duque de Saldanha, para lhe abrir as portas do parlamento e do governo. Contudo, devemos acrescentar que as interferências na cena do poder político não tiveram outro móbil que não fosse o progresso e o desenvolvimento da ciência. Aliás, sendo Franzini o autor da *Carta Geral do Reino*, na qual confessava existirem alguns erros, que outros proveitos poderia obter de Charles Bonnet senão a imparcialidade de lhos corrigir? Não esqueçamos que este geólogo francês já o havia feito no Algarve, sendo por isso de prever que o mesmo se passaria em relação a outras regiões do país. O coronel Franzini nunca desejou o contrário, sabia reconhecer o valor a quem o merecia e, sobretudo, tinha plena consciência dos benefícios que Charles Bonnet poderia trazer para os domínios da geografia física e da geologia.

Para comprovar tudo isto basta dizer que quando Franzini fazia o elogio da obra que Bonnet levava a cabo no Algarve, terminava com o seguinte apelo: "*Oxalá que possamos animar o auctor a emprehender igual trabalho em cada uma das províncias deste reino, cumprindo saber-se que Suas Magestades, que tanto apre-*



Panorâmica geral do flanco ocidental da vila de Loulé, apresentando-se à esquerda o muro da propriedade de Charles Bonnet, cuja área atinge alguns hectares de solos férteis

ciam as sciencias e as bellas artes, acolheram o auctor com a maior distincção e benevolencia, e temos bem fundadas esperanças que o Ex.^o Duque de Saldanha, que possui, como é notorio, profundos conhecimentos scientificos, e que sabe avaliar a sua importância, satisfará aos desejos que temos de ver habilitado Mr. Bonnet para continuar os seus uteis trabalhos e concluir esta bella obra, a qual verificando-se será successivamente publicada por provincias, à proporção que forem exploradas, havendo grande probabilidade que o Governo aproveitará esta occasião habilitando algum dos nossos jovens mineralogistas e geologos para acompanharem Mr. Bonnet nas suas viagens e adquirirem o conhecimento do paiz, e a experiencia de que tanto se carece para tornar proveitosos os conhecimentos theoreticos". (37)

Efectivamente assim aconteceu. Mas, manda a justiça que aqui se faça eco da imprescindível coadjuvação do conselheiro e académico Agostinho Albano (38), que como deputado às Cortes apresentou e defendeu, com a eloquência que caracteriza e distingue os homens de génio, o projecto da Carta Geológica do Reino, que recebeu das duas câmaras a unânime aprovação. Apesar do seu íntimo amigo Marino Franzini o ter certamente persuadido a tomar aquela posição o certo é que, sendo Agostinho Albano um conceituado lente e orador parlamentar dos mais idóneos, difficilmente seria contrariado, tanto na Assembleia Legislativa como na Câmara dos Pares.

Face aos apelos de Franzini e de Agostinho Albano em breve as Cortes se aperceberam da urgente continuidade dos trabalhos do geólogo francês, pelo que em 27 de Abril de 1849 faziam baixar à aprovação da soberana, D. Maria II, um decreto em que se pedia autorização para a cedência de quatro contos de réis, sendo três para a exploração geológica e mineralógica do reino e um para a compra de um

herbário da flora portuguesa. Três dias depois, Sua Majestade promulgava o pedido em carta-de-lei exarada pelo Ministro dos Negócios do Reino, Duque de Saldanha⁽³⁹⁾.

O governo de Saldanha, que duraria até ao dia 18/6/1849, designou o eng.^o Charles Bonnet para chefiar a comissão encarregada das investigações geológicas e mineralógicas na província do Alentejo. Felizmente, o Conde de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral, que lhe sucederia na presidência do governo, não entrou o desenvolvimento dos trabalhos, bem pelo contrário, concedeu-lhes todo o apoio ao seu alcance. A comissão, rapidamente aprovada pelo governo, fora escolhida por C. Bonnet que designara para seus únicos coadjuvantes o professor da Universidade de Coimbra e engenheiro de pontes e calçadas, Dr. Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, e o tenente de artilharia José Maria da Ponte e Horta. Fizeram duas expedições ao Alentejo em 1849 não tendo comparecido nesta última o tenente Ponte e Horta, o que dificultaria ainda mais as observações topográficas e geodésicas. Para usufruírem da melhor compreensão e ajuda das populações locais, expediu o governo às autoridades civis e militares vários ofícios no sentido de coadjuvarem os trabalhos, prestando-lhes a melhor colaboração possível. Nesta conformidade, partiu a comissão, a 29 de Maio de 1849, em direcção a Beja com a especial incumbência de estudar não só a constituição geológica dos terrenos mas, ainda, a geografia física da região, procedendo para isso à recolha do maior número de elementos estatísticos, ao exame da composição do solo, à formação de colecções geológicas e mineralógicas, que patenteassem as riquezas da província, e, fundamentalmente, examinar e emendar o *Mapa Geral de Portugal*, cuja autoria, como já dissemos, pertencia a Marino Miguel Franzini.

A aparelhagem científica, que pertencia exclusivamente a Charles Bonnet, compunha-se dos seguintes instrumentos: "*Duas bussolas de grande diametro, uma das quaes guarnecida com pinulas dobradas, medindo os angulos com a precisão de um quarto de grau, guarnecidos os seus pés de joelho denominado à Cugnot. — Algumas bussolas pequenas, ditas de geologo destinadas a avaliar a inclinação das camadas. — Um pantometro repetidor que mede os angulos com grande exactidão supprindo vantajosamente o uso do Textante. — Um excellente barometro portatil a nivel constante, com os competentes thermometros, e além destes outros pequenos instrumentos necessários para o exame das rochas e mineraes*"⁽⁴⁰⁾.

A expedição iniciou-se pela margem esquerda do Sado, percorrendo o lado ocidental da província alentejana até atingir a Fóia, em Monchique, a fim de completar as observações anteriormente levadas a cabo no Algarve. Subiu depois o Guadiana, desde Vila Real de Santo António até Moura, derivando depois para Beja e tomando a direcção de Alcácer do Sal subiram o rio Sado até Lisboa, onde deram entrada no dia 1 de Agosto. Os resultados obtidos foram depois apresentados ao governo num relatório que mereceu as atenções especiais do Conde de Tomar:

"*M. Bonnet apresentou ao Ministro do Reino, o Exm.^o Conde de Thomar, um extenso e circunstanciado relatorio dos trabalhos da Commissão executados nesta primeira viagem, demonstrando que todos os rios, ribeiros suas nascentes e afluentes tinham sido miudamente explorados, assim como as serras, possança das rochas, etc., etc., excitando ao mesmo tempo a atenção de S. Ex.^a sobre diversos objectos de utilidade publica, especialmente sobre a possibilidade da junção dos rios Guadiana e Sado por um canal que passaria proximo á cidade de Beja, servindo-se das aguas e talvez do leito das ribeiras Odiarça afluente do Guadiana, e da Odi-*

vellas que desemboca no Sado: sobre cujo importante projecto a Commissão se reserva expor a sua opinião em uma Memoria especial" (41).

A segunda expedição, com destino aos distritos de Évora e Portalegre, partiu a 28 de Setembro e depois de proceder às competentes investigações, em tudo semelhantes às que realizara no distrito de Beja, acabou por regressar à capital a 29 de Novembro. Em pouco menos de 6 meses o geólogo Charles Bonnet, percorrerá 800 léguas, procedera a 600 observações barométricas em mais de 400 pontos de altitudes diferentes, executou 115 estações de triangulação, baseadas nas antigas triangulações de Ciera (42), nas triangulações secundárias do General Caula (43) e nas que Franzini lhe fornecera na sua *Carta Hidrográfica das Costas de Portugal*, tendo estas 115 estações fornecido a posição de mais de 900 pontos de referência geodésica. Sobre a importância, competência, rigor e aturado esforço de Bonnet, ninguém melhor do que Franzini nos poderia dar uma imagem, ainda que breve dos resultados obtidos:

"Não se limitou a tão complicado trabalho o seu incansavel zelo, mas tambem levantou alguns planos particulares de sitios importantes, descrevendo com particular miudeza a direcção dos rios, suas pontes e as serras; notando a possança das rochas, direcção e inclinação das suas camadas, fazendo especial menção de todos os pontos que podiam offerecer interesse considerados pelo lado da geographia physica, geologia ou mineralogia, a fim de se habilitar a dar uma exacta descripção daquella província, enriquecendo-a com os perfis e cortes geologicos dos pontos mais salientes; recolhendo por fim 22 grandes caixas de amostras das rochas e mineraes encontrados, dos quaes já chegaram a Lisboa a maior parte.

Além de tão innumeraveis trabalhos a comissão colligiu officialmente e officiosamente um grande número de documentos estatísticos ácerca da população, produções agricolas e fabris, existencia de toda a qualidade de gados, instrucção publica e outros objectos da maior importancia, de maneira que poderá offerecer um precioso quadro estatístico dos diversos concelhos, o qual até ao presente se não possuia. — Em uma palavra a comissão se recolheu carregada de uma rica colheita de preciosas noticias, devida à sua perseverança e intelligencia, pelo que se não estranhará que tribute a M. Bonnet e aos seus dignos companheiros os mais decididos e sinceros elogios pelo bem que desempenharam os desejos do governo de Sua Magestade, sendo aliás bem conhecidas as grandes difficuldades e privações que se sofrem em nosso paiz, não só em taes jornadas e explorações, mas até em pequenas viagens de 20 ou 30 léguas por caminhos frequentados; porém percorrer o desabrido Alemtejo nos mezes de Junho, Julho e Agosto, subindo aos cumes das serras no meio do dia, expondo-se às febres que infelizmente predominam nesta provincia durante os grandes calores, que às vezes attingiram 44.º centigrados, carecendo em muitos dias dos indispensáveis alimentos, e até de água, são na verdade circunstancias que muito concorrem para tributar os mais bem merecidos elogios aos membros da comissão" (44).

No ano seguinte prosseguiu Charles Bonnet os seus trabalhos na margem esquerda do Tejo, nos distritos de Santarém e de Setúbal. Todavia, julgamos que os mesmos não tiveram melhor seguimento visto que se previa continuarem as suas expedições durante o verão de 1850 na provincia da Estremadura e na Serra da Estrela.

"Seriam insufficientes todas as expressões para animar M. Bonnet na continuação e desempenho de tão util projecto, e ainda que este primeiro ensaio não

possa atingir de um jacto a extrema exactidão, será com tudo um passo dado para a conseguir, fornecendo preciosos esclarecimentos sobre um ramo de sciencia até agora bem pouco cultivado no nosso paiz; e apesar de que para coordenar tantas observações geographicas, geologicas, e estadisticas, seja indispensavel um dilatado prazo de tempo, com tudo temos as mais bem fundadas esperanças que no fim do corrente anno, todos estes trabalhos poderão completar-se, não obstante as futuras viagens que a commissão se propõe fazer durante a boa estação nas provincias da Estremadura e Serra da Estrella." (45) Para além disso, parece que Charles Bonnet se propunha fazer "uma exposição de todos os objectos scientificos colhidos nas suas viagens, os quaes attestarão de uma maneira evidente os resultados do incansavel zêlo e intelligencia com que a commissão procedeu nos seus laboriosos trabalhos." (46).

Mas enquanto se desenrolavam as prospecções da equipa chefiada por Charles Bonnet, uma outra comissão traçava a *Carta Geografica e Cadastral do Reino*, presidida pelo eng.^o Filipe Folque, cujos trabalhos se arrastavam com alguma lentidão desde há largos anos, o que motivava não só grandes despesas como ainda os reparos de destacadas personalidades do foro académico, nomeadamente Marino Miguel Franzini. Aliás, este geógrafo, usando como termo de comparação a Inglaterra, onde idênticos serviços se executavam sem interrupção há cerca de 60 anos, previa que para o nosso país seriam necessários 45 anos e uma consignação anual permanente de 110 contos de réis, o que representaria uma profunda sangria no orçamento geral do Estado. É claro que estas críticas de Franzini não poderiam passar despercebidas, tanto mais que ele punha sempre em destaque, e em confronto, a competência e rapidez das jornadas de C. Bonnet no Alentejo e Algarve. Sentindo-se lesado e ofendido, o eng.^o Filipe Folque fez publicar um folheto com o título, *Várias reflexões a um artigo do ilm.^o e exm.^o sr. Marino Miguel Franzini sobre os trabalhos geodésicos e topográficos do reino*, Lisboa, 1850, no qual contesta com acerada veemência as afirmações de Franzini. Basta dizer que exigiu da *Revista Universal Lisbonense* a transcrição do seu folheto, por ser aí que a polémica nasceu (47), o qual finaliza com as seguintes palavras: "a immensa publicidade que S. Ex.^a deu ao seu artigo; a escolha da época, proxima da discussão do Orçamento, &c., tudo nos leva a acreditar, que S. Ex.^a procura indispor a opinião das Camaras, do Governo, e do Publico contra os trabalhos Geodesicos e Topographicos do Reino, afim de se annular a verba do Orçamento, que lhes é destinada. Será possível que S. Ex.^a o consiga? Se tal acontecer, não lhe invejamos a gloria; a história das sciencias lhe fará a justiça devida; e no silencio do nosso gabinete lamentaremos esta vergonha nacional." (48).

O azedume das afirmações de Filipe Folque deixam transparecer uma ameaça e, se as circunstâncias o proporcionassem, uma intrínseca sede de vingança. Dessa atitude poderiam resultar graves prejuízos para Charles Bonnet, cuja popularidade e tão apregoada eficiência de algum modo vinham ensombreado a notoriedade de Filipe Folque. Terá sido assim? Teria o eng.^o Folque chegado a vingar-se de Franzini e do seu protegido Charles Bonnet? Concretamente e com toda a certeza não o sabemos, porém admitimos que efectivamente assim veio a acontecer.

Entretanto em 1851 vemos C. Bonnet a tomar parte na Comissão Industrial que representaria o nosso país na Exposição Universal de Londres (49) e da qual faziam também parte o Conde de Tomar, presidente, Conde de Farrobo, Visconde da Carreira, Barão da Luz, Barão de Alcochete, Francisco Tavares de Almeida

Proença, Joaquim José da Costa Macedo, Joaquim Larcher, José Ferreira Pinto Bastos, Francisco Mendes Cardoso Leal Junior e Sebastião José Ribeiro de Sá, secretário.

Talvez aproveitando os desentendimentos que em 5 de Agosto de 1851 levaram Franzini a abandonar a pasta da Fazenda, no governo presidido pelo Duque de Saldanha, e tirando partido da ascensão política do Eng.^o António Maria Fontes Pereira de Melo, que daquele ministério tomou posse interinamente a 21/8/1851 e definitivamente a 4/3/1852, acumulando posteriormente a pasta das Obras Públicas, cujo ministério fora criado pelo decreto de 30/8/1852, conseguiu Filipe Folque que fossem publicados no *Diário do Governo* ⁽⁵⁰⁾ três decretos nomeando várias comissões de fiscalização e análise dos trabalhos que Charles Bonnet levava a bom termo nas províncias do Alentejo e Algarve. O primeiro que, tal como os restantes, se encontra datado de 9/6/1855 nomeia uma comissão composta pelo Lente da Escola Politécnica, Francisco António Pereira da Costa, pelo vogal do conselho de Obras Públicas e Minas, Isidoro Emílio Baptista, e pelo capitão de artilharia, chefe da secção de Minas do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Carlos Ribeiro, a qual depois de examinar os trabalhos geológicos executados nas províncias do Alentejo e Algarve, deveria interpor o seu parecer "*acerca do merecimento daquelles trabalhos e do systema que do futuro convirá seguir na sua execução*".

O segundo decreto nomeia uma comissão presidida pelo Par do Reino, Director Geral do Comércio e Indústria, Joaquim Larcher, coadjuvado pelo deputado e chefe da repartição de agricultura, Rodrigo de Moraes Soares e secretariado pelo amanuense de 1.^a classe do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industria, João Maria Nogueira, a qual procederia ao exame dos trabalhos estatísticos realizados nas citadas províncias. O terceiro decreto nomeia uma comissão composta pelo Par do Reino, Lente de Prima na Faculdade de Matemática de Coimbra, Thomás de Aquino de Carvalho, do coronel de engenharia, Lente da Escola Politécnica, Filipe Folque, e do capitão-tenente, da Armada, Caetano Maria Batalha, para procederem ao exame dos trabalhos corográficos executados nas mesmas províncias.

Acompanha e encerra estes decretos uma portaria assinada por Fontes Pereira de Melo, que retira praticamente todos os poderes a Charles Bonnet suspendendo-o das suas funções. Para que se possam tirar ilações do seu efeito aqui fica a sua transcrição integral: "*Tendo sido nomeadas, por Decretos desta data, diversas commissões, encarregadas de examinar os trabalhos geologicos, chorographicos e estatisticos, que teem sido executados pelo engenheiro civil, Carlos Bonnet, nas províncias do Alemtejo e Algarve, por conta do Governo: Manda Sua Magestade El-Rei, Regente em Nome do Rei, participar ao dito engenheiro, que, a contar do primeiro de Julho próximo futuro em diante, ficam suspensos os trabalhos a seu cargo, até que, depois de ouvidos os pareceres das referidas commissões, o Governo resolva, se devem, ou não, continuar, e quaes são as modificações que convém introduzir no systema seguido até agora. Outrossim Determina o Mesmo Augusto Senhor, que o engenheiro civil, Carlos Bonnet, ponha à disposição das commissões de exame, todos os trabalhos que tiver executado, e lhes preste os esclarecimentos indispensaveis, que lhe forem exigidos, a fim de que se possa formar um juizo completo do merecimentos dos ditos trabalhos. Paço das Necessidades, em 9 de Junho de 1855. António Maria Fontes Pereira de Mello.*" ⁽⁵¹⁾.

Desconhecemos quais terão sido as conclusões a que chegaram as três illustres comissões, no entanto, dado que à última destas pertencia Filipe Folque é de

prever que os trabalhos de Bonnet terão sido dados por inconsequentes ou, pelo menos, terão sido estrangulados por falta de apoio financeiro, estratégia, ontem como hoje, muito em voga para justificar a contenção de despesas no orçamento geral do Estado.

Seja como for, por suspensão dos trabalhos ou por demissão de Charles Bonnet, o certo é que não mais se ouviu falar no assunto e o nome daquele consciencioso geólogo permaneceu esquecido praticamente até à sua morte. Dessa dissensão entre a política e a ciência resultou uma espécie de exílio voluntário em terras do Algarve.

Na vila de Loulé... para sempre

Tal como já dissemos anteriormente, Charles Bonnet recebeu, por determinação da rainha D. Maria II, o subsídio de um conto de réis para fundar um herbário da flora portuguesa, sem que, contudo, no decreto se especificasse onde e em que data se deveria cumprir a lei. Comprovado o conhecimento e a profunda dedicação daquele geólogo ao Algarve, nada nos espanta, portanto, que tenha escolhido a vila de Loulé para sede das suas experiências e dos seus estudos botânicos. A opção prova-se, aliás, pela compra "*de hum pedaço de terreno no Rocio que consta de casas, horta, terra de pão e arvores de frutos*"⁽⁵²⁾, onde tudo leva a crer se constituiu o referido herbário, que o vulgo passou a designar, e ainda designa, por "Jardim do Boné", corruptela do apelido do seu fundador. O terreno, efectiva-



Um aspecto geral da Rua Nova de Quarteira, vendo-se à direita uma parte do muro do "Jardim do Boné" em estado de ruína e já devassado.

mente, foi aforado àquele geólogo, que na vila fixou residência, com o filho e a nora, até à data da sua morte, ocorrida em 8/4/1867. Apesar de no ano seguinte o filho se haver transferido para Faro, o certo é que o terreno não deixou de pertencer a sua esposa, que por morte deste o veio a herdar. Na sua posse se manteria ainda por vários anos e apesar de se ter casado em segundas núpcias com João Carlos de Andadre Hertz, nunca abdicou da sua posse, já que na Acta de sessão da Câmara de Loulé datada de 7/10/1885 consta que havia requerido ao Governo "para mandar avaliar e incluir na lista para venda de hum foro de 42\$00 (...) imposto em hum predio rustico e urbano na Rua Nova de Quarteira que pretende arrematar" (53). A sua pretensão levou ainda algum tempo a concretizar-se, o que aliás se comprova através da Acta da Câmara de Loulé datada de 4/5/1892, onde consta o seguinte:

"Oficio n.º 71 do Director da Repartição de Finanças deste distrito participando que foi reunido por despacho de 31 de Março último por D. Ana Emilia Pinto de Mendonça Hertz da cidade de Faro, por 359\$840 réis o foro de 42\$800 réis pertencente a esta camara e imposto em uma propriedade denominada "Jardim do Bonnet" (54).

Por este pequeno extracto se constata a crescente revalorização do terreno



Um pormenor da conduta da água que atravessava a Rua Nova de Quarteira, proveniente de uma nora que ainda se encontra propriedade vizinha.

que, já nessa altura, se denominava por "Jardim Bonnet" ficando deste modo na posse definitiva da viúva. E ainda em 1899 lhe pertencia, pois que na Acta da reunião de Câmara datada de 7 de Agosto verifica-se que a sua proprietária, D. Ana Emília de Mendonça Hertz pedia à edilidade que lhe desse licença "para reparar o cano que conduz a água de huma sua nora na Rua Nova de Quarteira para a sua propriedade "Jardim do Bonnet" através da rua com a condição de repor e de reparar de futuro quaisquer prejuizos" (55). Daí para a frente perdemos o rasto à proprietária que em 1919 veio a falecer, presumindo-se que só então os seus herdeiros tivessem vendido o terreno. Actualmente é pertença da sr.^a D. Fernanda da Luz Piedade Alves, professora aposentada, sem descendentes, receando-se, portanto, que num futuro muito próximo venha o mesmo a ser vendido a qualquer empresa imobiliária, que ali fará erguer mais uns quantos inestéticos mamarrachos, a que a arquitectura moderna nos vem habituando.

Felizmente, e por enquanto, a propriedade ainda lá se encontra, conservando-se a antiga residência e o vasto pomar, apenas com a visível diferença e conflagradora situação dum completa ruína. A casa, ou o que dela resta, é de exíguas proporções, modestíssima na sua traça arquitectónica, mantendo-se, contudo, teimosamente de pé. Vê-se, porém que foi ligeiramente alterada na sua planta original, pois que algumas portas, janelas e arcos, dum pátio exterior, foram totalmente entaipados, ficando assim com um aspecto incaracterístico e rude, nada consentâneo com o antigo arquétipo da casa algarvia. Também as dimensões do prédio rústi-



Pormenor da frontaria da residência Bonnet, vendo-se facilmente alguns detalhes da traça original do edifício.

co não serão totalmente as mesmas, visto que novas urbanizações ladeiam, a norte os seus, actuais limites. De qualquer modo, os muros que cercam a propriedade são certamente os originais e nada nos desdenharia acreditar que a sua notável moldura arbórea conserva ainda as raízes infiltradas pelas mãos de Charles Bonnet.

Saliente-se ainda que as proporções do terreno, para os tempos que correm, são bastante assinaláveis (cerca de dois hectares), receando-se, como já dissemos, a sua presumível aquisição para fins urbanísticos. E se assim acontecer, que é o mais certo, nada mais nos resta do que lamentar que a vila de Loulé prescindia de mais um dos seus locais de insofismável interesse histórico-cultural.

Algumas sugestões e propostas

Depois de termos construído uma breve panorâmica biográfica de Charles Bonnet, gostaríamos de deixar, ao juízo de quem nos lê, algumas recomendações, que reputamos de fundamental interesse, para o resgate da memória daquele famoso geólogo, tão obscuramente desaparecido na vila de Loulé.

Em primeiro lugar, lastimamos, profundamente, que a toponímia louletana ainda não tivesse consagrado a Charles Bonnet uma das artérias do burgo, pelo menos aquela que corre junto à propriedade onde residiu e veio a falecer. Aliás, vem a propósito acrescentar que Charles Bonnet foi sepultado no antigo cemitério municipal, que se encontrava mesmo ao lado da sua casa, onde actualmente se radicam os serviços de recolha do lixo, a antiga central eléctrica e o edifício prisional, que presentemente serve de quartel à G.N.R. Sem parentes em Loulé e no Algarve ninguém mais se importou com a sua sepultura e quando o cemitério foi secularizado a Câmara Municipal não mandou transferir para o novo cemitério as ossadas de Charles Bonnet, que assim, juntamente com muitas outras, foram lançadas para a vala comum. Por outro lado, a lápide, que cobria os seus restos mortais, depois de ter permanecido, ao lado de várias outras, encostada à parede da antiga central eléctrica foi mandada britar para arranjar a calçada da vila. Por isso, actualmente, nada resta, a não ser o antigo jardim de aclimação, que possa rememorar o nome de tão insigne cientista.

Em segundo lugar, recomenda-se à Câmara de Loulé que atribua à antiga propriedade, vulgarmente designada por "Jardim do Boné", a classificação de imóvel de interesse camarário, por forma a reservar a sua futura aquisição.

Em terceiro lugar, atendendo a que para a generalidade dos algarvios, Charles Bonnet, é ainda um ilustre desconhecido, sugere-se à Universidade do Algarve que mande proceder à tradução e reedição da obra que a esta província dedicou e que ainda, em muitos aspectos, permanece actualizada e útil à consulta dos estudantes.

Assim, propomos:

1. — Que a Câmara Municipal de Loulé adquira a propriedade designada por "Jardim do Bonnet", a fim de nela reimplantar um verdadeiro laboratório de aclimação e investigação botânica, que atraia e motive a juventude para o estudo da riquíssima flora algarvia.

2. — Que a Universidade do Algarve, com a possível colaboração de outras entidades culturais responsabilizadas pelo fomento intelectual e científico da re-

gião, promova a reedição, em língua portuguesa, da obra de Charles Bonnet, *Mémoire sur le Royaume de l'Algarve*, numa edição crítica, sob a direcção de personalidade(s) de reconhecida competência académica.

Resta-nos, pois, aguardar que estas propostas recebam o concurso e a compreensão da generalidade dos algarvios, sobretudo dos louletanos, a quem compete retribuir a Charles Bonnet o lugar a que tem direito, e que tão dignamente conquistou, no seio da nossa cultura regional.

Sendo por todos reconhecida a dinâmica cultural manifestada nos últimos anos pela Câmara Municipal de Loulé, fácil se torna adivinhar que as nossas sugestões e propostas não irão cair no olvido, sem que primeiro mereçam toda a ponderação e melhor boa vontade. Esperamos, muito sinceramente, que assim seja, para bem da cultura e da província do Algarve.

Notas

- (1) Através do Livro de Baptismos da paróquia de Saint-George, em Vesoul, ficamos a saber que Charles Bonnet nasceu às onze horas do dia 28 de Março de 1816 sendo imediatamente baptizado. Seu pai tinha 36 anos e era sapateiro de profissão, enquanto a mãe de 42 anos era doméstica. Foram padrinhos Jean Baptiste Zominy, tio materno, representado por Jean Denis Bonnet, irmão do neófito, e Jeanne Claude Zominy, tia materna, representada por Mlle. Anne Thérèse Clementine Guenin. Conforme se verifica, nessa altura era já nascido um seu irmão, Jean Denis, mais velho pelo menos três anos, já que nos arquivos departamentais não consta que de 1813 a 1815 tenha nascido outra criança de apelido Bonnet naquela região. E segundo afirma o pároco de Vesoul ninguém actualmente se recorda já daquela família.
- (2) "*Je fis em 1846 um voyage dans la province d'Algarve, afin d'étudier géologiquement et mineralogiquement le terrain d'une mine de cuivre qui s'y trouve; je parcourus en differens sens cette province, et je m'aperçus bientôt que les cartes dressées jus-qu'ici, renfermaient des erreurs assez graves sur la distribution et direction des montagnes; en effect lorsque je voulus mettre mes observations en rapport avec ce qui était connu, je me trouvais em désaccord.*"
Charles Bonnet, *Mémoire sur le Royaume de l'Algarve*, Lisbonne, Typographie de la Académie Royale des Sciences de Lisbonne, 1850, p. 1. Este trabalho foi publicado na Coleção de *Memórias* daquela Academia, da qual se extraiu uma separata, em formato grande, com o título *Algarve (Portugal). Description Géographique et Géologique de cette Province*, edição essa que serviu de fonte à preparação do presente estudo.
- (3) "*En 1847 je fis un second voyage, je parcourus de nouveau en tout sens cette province; faisant un grande nombre d'observations barométrique pour avoir les hauteurs, prenant les directions des serras, les positions d'un grand nombre de localités, etc. etc. Les voyages que j'avais fait géologiquement devirent en même temps topographiques et géographiques.*"
Idem, *ibidem*.
- (4) No arquivo daquela Academia certifica-se que Charles Bonnet foi eleito sócio correspondente estrangeiro de 1.^a Classe (Ciências), em 22/2/1849. Todavia, não consta qualquer parecer ou proposta de nomeação, o que não deixa de ser profundamente lamentável. Ficamos, portanto, sem conhecer a identidade dos seus "padrinhos" académicos.
- (5) Charles Bonnet foi agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo em 8/11/1847.
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Assentamento geral das pessoas agraciadas com a Ordem Militar de Cristo*, vol. 35, fls. 126 v.^o - 127.
- (6) "*J'ai offert au Muséum d'Histoire Naturelle, de l'Académie Royal des Sciences de Lisbonne, ma collection de Roches et minéraux que j'avais recueillie dans l'Algarve, la-*

quelle se compose de cent quarente échantillons actuellement éxistans au dit Musée".

Idem, *op. cit.*, p. IV.

(7) Idem, *op. cit.*, p. 97.

(8) Convém acrescentar que a casa, terra e horta eram propriedade de Manuel Gonçalves Rocheta, Sebastião Coelho e D. Henriqueta Paula de Sousa Ramos, de Loulé, que já haviam aforado o prédio em 1819. Este confrontava a nascente com ribeiro e estrada da Costa; a norte com Manuel de Sousa Castilho; a poente com a Rua Nova de Quarteira e a sul com a estrada para Santo António. A este terreno pertencia metade de uma nora, que existia na mesma rua, de que era foreiro enfiteuta Marçal Henriques d'Azevedo Aboim.

Todo este prédio e direito foi adquirido por compra aos antigos foreiros em data que desconheço.

Arquivo Histórico Municipal de Loulé, *Núcleo das Actas, Tombo do Concelho* vol. II, pp. 201 v. e 202.

(9) *"Aos oito dias do mez de abril de mil oitocentos e sessenta e sete, às onze e cincoenta minutos da manhã na Rua Nova de Quarteira desta vila, concelho do mesmo, Diocese do Algarve, faleceu tendo recebido os Sacramentos da Santa Madre Igreja um indivíduo do sexo masculino por nome Carlos João Baptista Bonnet, de idade de 53 anos, natural de Vesoul, Departamento de Haute Saone, França, viúvo de D. Henriqueta Isaura Pernot Bonnet falecida em Lisboa; não fez testamento e deixou um filho legítimo e foi sepultado no cemitério público".*

Arquivo Distrital de Faro, *Núcleo dos Registos Paroquiais, Livro de Óbitos da Freguesia de São Clemente de 1863 a 1867*, p. 157 v.

(10) O título de Barão da Ponte de Quarteira foi concedido a Joaquim Bernarcelino de Mendonça Corte-Real (14/1/1811 - 30/12/1884) filho de Bernardo António de Mendonça e de D. Joana Antónia de Mendonça Corte-Real. Abraçou a carreira das armas, foi vice-cônsul de Espanha em Faro e Albufeira, vindo a reformar-se no posto de capitão. Consorciou-se a 23/4/1840 com D. Ana Emília da Cruz Pinto Ribeiro (17/3/1820 - 28/10/1893) filha do major José Bernardo Pinto Ribeiro e de D. Maria Ângela da Cruz. O título de Barão foi outorgado por D. Luís I em decreto de 6/8/1870.

(11) *"Pelo Administrador do Concelho foi também apresentado um officio que havia recebido do delegado do Tesouro num requerimento de João de Andrade Hertz em que este pedia ao Governo para mandar avaliar e incluir na lista para venda um fôro de 42\$00 que sua esposa paga a este Municipio imposto em um predio rustico e urbano na Rua Nova de Quarteira e que ele pretende arrematar visto não estar ainda organizado o respectivo inventário, e tendo a Câmara de nomear, num dos louvados procedeu a essa nomeação a qual recaiu na pessoa de António Joaquim de Barros".*

A.H.M.L., *Actas das Sessões da Câmara da Tarde*, reunião de 7/10/1885

(12) *"Faleceu na sua casa em Lisboa a sr.^a D. Ana de Mendonça Corte-Real, viúva binuba do antigo vice-consul francês em Faro sr. Bonnet e do sr. João Carlos Hertz, que também teve residência nesta cidade há anos.*

Esta senhora foi nossa conterrânea e era filha dos Barões da Ponte de Quarteira, para cujo jazigo nesta cidade veio ser depositada. Era cunhada da sr.ª D. Elisa de Mendonça Gouveia e tia da sr.ª D. Joana Gouveia Pinto e do sr. Joaquim Bernardo Gouveia de Mendonça desta cidade".

Cf. "O Algarve", Ano XI, n.º 569 de 16/2/1919

Refira-se que o funeral realizou-se no dia 13/2/1919 ficando o corpo de D. Ana depositado no jazigo n.º 26, pertencente aos Barões da Ponte de Quarteira que o mandaram construir em 1897.

- (13) *"En labourant la terre, on trouva à diverses époques du cuivre natif, et dans ces dernières années on ouvrit des travaux pour aller à la recherche du mineral. On perça différens puits et galeries sur les flancs No de Bella Vista, et de la Francilheira; près du hameau de St.ª Margarida la mine fut appelée de ce dernier nom. Une partie des travaux furent ouverts dans les marnes irisées; une autre dans les Diorites. Les résultats furent différens, et s'ils ne conduisirent pas à une exploitation lucrative, mais qui pourrât être continuée avec avantage, en employant de grands capitaux, ils jettèrent de grands éclaircissements sur la nature du terrain. Après s'être enfoncé d'environ 50 pieds on trouva un Diorite compacte, véritable Aphanite, qui prit bientôt dans certains endroits un aspect satiné et passait à la Serpentine, après on rencontra une espèce de filon serpentineux, renfermant des parcelles de pyrite cuivreuse; tout à côté l'Aphanite passait à une roche Trappéenne, contenant de gros rognons de calcaire magnésien, de l'oxide de fer, du sulfure du même métal et des petites plaques de cuivre métallique".*

Charles Bonnet, *op. cit.*, p. 149.

- (14) Joaquim Pedro Quintela, 1.º Conde de Farrobo e 2.º Barão de Quintela, foi umas das personalidades de maior evidência no seu tempo. Proprietário, capitalista, protector das artes, Par do Reino e dinâmico empresário. Apoiou directamente a causa liberal de D. Pedro IV financiando as tropas do Cerco do Porto contribuindo decisivamente para a definitiva implantação do liberalismo em Portugal.

Cf. Eduardo Noronha, *O Conde de Farrobo e a sua Época*, Lisboa, s/d.

- (15) *"Foi presente à Câmara a deliberação da Junta de Paróquia de Alte, do dia 15 do corrente, pedindo a competente aprovação afim de poder levar a efeito o aforamento de hum terreno e Ermida de Santa Margarida já de há muito profanada e pertencente à dita Paróquia. Acordou aprovar a deliberação em conformidade do art.º 314 do Código Administrativo, devendo verificar-se o dito aforamento com todas as solemnidades presentes na Lei".*

A.H.M.L., *Núcleo das Actas, Livro das Sessões de Câmara*, reunião de 28 de Janeiro de 1844.

- (16) *"Foi presente o officio do Governo Civil deste Districto n.º 252, de 21 do corrente participando a esta Câmara que tendo o Conde de Farrobo, na qualidade de principal empregário na exploração das minas do sítio da Atalaia, freguezia de Alte, deste concelho, apresentado ao Governo Civil o Alvará de licença Régia para o dito fim em observancia do Decreto de 25 de Novembro de 1836, deve a mesma Câmara proceder de acordo com o Administrador do Conselho à demarcação do terreno necessário para a laboração e lavra das ditas minas com a assistencia dos representantes, Engenhei-*

ros e Agentes da mesma nova Empreza e com as formalidades determinadas no citado Decreto, do que a Câmara ficou inteirada, deliberando que se desse conhecimento deste ofício ao Administrador do Concelho para se proceder no negocio de que no mesmo ofício se trata e se faz menção."

Idem, *ibidem*, Acta da sessão de 22 de Outubro de 1845.

- (17) António José da Silva Carvalho, médico e cirurgião, nasceu em Faro a 13 de Janeiro de 1814, filho de Miguel Francisco e de Maria Victoria. Estudou em Lisboa onde concluiu o seu curso na Escola Medico-Cirurgica no ano de 1843. Ignoro o tema da sua tese assim como a data do seu falecimento que ocorreu com toda a certeza antes de 1891.
- (18) *"A Câmara nomeou seu representante António José Silva Carvalho, Cirurgião do Partido, para com o representante do Conde de Farrobo, demarcarem oportunamente o terreno das minas concedidas na freguesia de Alte."*
A.H.M.L., *Núcleo das Actas, Livro das Sessões de Câmara*, reunião de 19 de Novembro de 1845.
- (19) *"Foi presente o ofício do Governo Civil n.º 96 de 17 do corrente remmetendo hum requerimento do Conde de Farrobo, como principal Empreziario das minas de Alte, requerendo a venda de huma antiga Ermida da mesma freguezia, hoje demolida, por meio de hasta publica. A Câmara remeteu o requerimento à Junta de Freguesia de Alte para que informasse."*
Idem, *ibidem*, sessão de 22 de Abril de 1846.
- (20) *"Les résultats furent différens, et s'ils ne conduisirent pas à une exploitation lucrative, mais qui pourrait être continuée avec avantage, en employant de grands capiteaux, ils jettèrent de grands éclaircissemens sur la nature du terrain."*
Charles Bonnet, *op. cit.*, p. 149.
- (21) *"Primitivement j'avais dressé la carte Géographique et Géologique sur une échelle de 1,40000; mais depuis ayant été chargé par sa Majesté très Fidèle, en vertu d'une loi passée au parlement, de faire dans les autres provinces du Portugal l'examen Géologique et Géographique analogue à celui que je venais de faire, dans l'Algarve, et ayant eu pour instruction, de dresser les cartes sur une échelle de 1,200000, je vouldus alors que la carte de l'Algarve soit analogue à celles que j'allais exécuter."*
Charles Bonnet, *op. cit.*, p. 149.
- (22) Marino Miguel Franzini (21/1/1779 - 29/11/1861) oficial militar da arma de engenharia, autor de várias cartas hidrográficas e marítimas da costa de Portugal, sócio da Academia das Ciências, Par do Reino, director do Arquivo Militar presidente da Comissão de Estatística e Cadastro do Reino, inspector da Cordoaria Nacional e vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Foi eleito deputado às Cortes Constituintes de 1821, reeleito para várias legislaturas, ministro da Fazenda e da Justiça,
- (23) *Diário da República*, n.º 7 de 8/1/1849, onde M. M. Franzini publicou o artigo "Descrição physica e geologica do Reino do Algarve", pouco depois transcrito na *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª série, 8.º ano, tomo I, n.º 14 de 8/2/1849, pp. 157-159.

- (24) Charles Bonnet, *op. cit.*, p. 2
- (25) António de Azevedo Melo e Carvalho (11/5/1795 - 20/2/1862), bacharel em Direito, fidalgo da casa real, juiz do Tribunal da Relação, deputado e senador, em várias legislações, Par do Reino, ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos, ministro do Reino, presidente da comissão de revisão do Código Penal e conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.
- (26) *Dois descrições do Algarve do Século XVI*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, com apresentação, leitura, notas e glossário dos Profs. Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. Para além da Corografia de Frei João de S. José (pp. 21-132), contém ainda a *Historia do Reino do Algarve* de Henrique Fernandes Sarrão (pp. 133-174).
- (27) Existem duas cópias deste manuscrito quer na Academia das Ciências quer na Biblioteca Nacional de Lisboa. Presentemente tenho estado a analisá-los e a fazer todas as diligências para deles publicar uma edição crítica.
- (28) Vide, Charles Bonnet, *op. cit.*, p. 2.
- (29) *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª série, 8.º Ano, tomo I, n.º 10 de 11/1/1849, p. 117.
- (30) Mário Lyster Franco, *Algarviana - Subsídios para uma bibliografia do Algarve e dos autores algarvios*, Faro, Edição da Câmara Municipal de Faro, 1982, vol. I, p. 339.
- (31) Sebastião José Ribeiro de Sá (30/5/1822 - 11/3/1865), publicista e escritor, fidalgo da casa real, membro do Conservatório Nacional, colaborador de *O Panorama* e da *Revista Universal Lisbonense* de que foi proprietário a partir do volume VII sucedendo a António Feliciano de Castilho. Foi também proprietário da *Revista Popular*, durante o VI e último volume, e autor de vários estudos de mérito.
- (32) Vide, "Descrição physica e geologica do Reino do Algarve", in *Diário do Governo*, n.º 7 de 8/1/1849, cuja autoria de Marino Miguel Franzini se confirma através da sua transcrição na *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª série, 8.º Ano, tomo I, n.º 14 de 8/2/1849, pp. 157-159.
- (33) Idem, *ibidem*.
- (34) "(...) il y a dans la partie appelées Beira-mar, des chemins passables pendant l'été et transitables pour des voitures, mais qui se trouvent défoncés pendant les pluies. Sur le restant de la surface, et même pour se rendre à la capitale du royaume, on ne doit pas donner le nom pompeux de route royale (estrada real) ni même de chemins, à des sentiers souvent très scabreux et à peine transitables pour des cavaliers".
Charles Bonnet, *op. cit.*, p. 121.
- (35) Idem, *ibidem* p. 125.
- (36) Rogério Bordalo da Rocha, *Estudo Estratigráfico e Paleontológico do Jurássico do Al-*

garve Ocidental, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 17.

(37) *Diário do Governo*, n.º 7 de 8/1/1849.

(38) Agostinho Albano da Silveira Pinto (17/7/1785 - 18/10/1852), médico, naturalista, linguísta, economista e conselheiro; lente da Real Academia de Marinha e Comércio, director da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, médico honorário da Real Câmara, deputado às Cortes em todas as legislaturas, desde 1832 a 1852, ministro da Marinha e Ultramar, autor de vastíssima obra científica.

(39) *Dona Maria, por Graça de Deos, Rainha de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que as Côrtes Gerais Decretaram e Nós Queremos a Lei seguinte:*

Artigo 1.º Fica authorisado o Governo para despender até á quantia de quatro contos de réis a fim de dar principio á exploração geologica e mineralogica do Reino, e comprar um Herbario da Flora Portugueza; sendo tres contos de réis para a exploração geologica e mineralogica, e um conto de réis para a compra do Herbario.

Artigo 2.º O Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Reino dará contas ás Cortes do uso que fizer desta authorização.

Mandamos portanto que todas as Authoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Paço das Necessidades aos trinta de Abril de mil oitocentos quarenta e nove. — A RAINHA — com Rubrica e Guarda — Duque de Saldanha.”

Diário do Governo, de 4 de Maio de 1849.

(40) Vide, *Revista Universal Lisbonense*. 2.ª série, 9.º Ano, n.º 26 de 21/2/1850, pp. 231-232.

Convirá talvez lembrar que outros dos aparelhos usados por Bonnet se inutilizaram durante as expedições levadas a cabo no Alentejo:

“Cumpre notar-se que durante estas viagens se inutilisaram alguns thermometros, e um bello barometro de Guay Lussac, que se despedaçaram, com grave prejuizo de M. Bonnet, o qual tem mandado vir de Paris collecções de excellentes instrumentos, alli construidos pelo insigne artista Lerebours, e entre estes alguns barometros metallicos da última invenção denominados aneroides, barometros de mercurio, grande numero de bussolas e thermometros; mas alguns destes instrumentos se partiram na viagem com notavel perca do proprietario, o qual recebeu igualmente um daguerreotypo de grande dimensão, destinado a reproduzir sobre certa especie de papel preparado as vistas das serras, cortes, perfis e monumentos importantes, que seria impossivel desenhar pelo methodo ordinario, o qual exige muito tempo e commodidades, e que nunca poderia offerecer a rigorosa similhaça e exactidão que se obtem com este maravilhoso instrumento, assim aperfeiçoado, dando M. Bonnet mais uma prova de que não poupa o seu dinheiro para bem desempenhar os trabalhos de que foi encarregado.”

Idem, *ibidem*, p. 232.

(41) *Idem*, *ibidem*.

- (42) Francisco António Ciera (m. a 6/4/1814) doutorado em Matemática, lente de Astronomia, sócio da Academia Real da Marinha e da Academia Real das Ciências de Lisboa. De 1788 até 1803 procedeu à triangulação geral do país percorrendo várias províncias, mas creio que nunca chegou a descer até ao Algarve. Autor de vários trabalhos de carácter astronómico e geográfico de entre os quais merece especial destaque a *Carta dos Principaes Triangulos das Operações Geodésicas em Portugal*, mandada litografar em 1837 por Passos Manuel.
- (43) Carlos Maria de Caula (26/5/1809 - 13/2/1886) oficial do Exército dos mais notáveis do seu tempo, vogal da comissão de aperfeiçoamento da Escola do Exército, encarregado do levantamento de plantas nas terras da sul do Tejo, responsável pelas fortificações militares ao norte do mesmo rio, etc., etc.
- (44) *Revista Universal Lisbonense*, idem, ibidem.
- (45) *Idem*, ibidem, p. 233.
- (46) *Idem*, ibidem.
- (47) Vide, *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª série, 9.º ano, tomo II, n.º 27 de 11/4/1850, pp. 317-321 e pp. 331-333.
- (48) *Idem*, p.333
- (49) Sobre este famoso certame internacional consulte-se a obra *Descrição da Exposição Universal em Londres*, Lisboa, Typographia da Empreza da Lei, 1851.
- (50) *Diário do Governo*, n.º 143 de 20 de Junho de 1855, p. 770.
- (51) *Idem*, ibidem.
- (52) A.H.M.L., *Tombo do Concelho*, vol. II pp. 201 v. e 202.
- (53) *Idem*, *Actas das Sessões da Câmara da Tarde*, reunião de 7/10/1885.
- (54) A.H.M.L., *Livro das Actas da Câmara* - 1892, sessão de 4 de Maio de 1892.
- (55) *Idem*, *Livro das Actas da Câmara* - 1899, sessão de 7 de Agosto de 1899.